

“AS RUAS SE ENCHERAM DE CLASSES SOCIAIS”, DA ESQUERDA À DIREITA

Daniela Alarcon
Jornalista

Daniel Garcia



Mesa-redonda “Rebelião das ruas, movimentos e redes sociais”

“Contingentes do Brasil inteiro, inclusive de pequenas cidades, se colocaram em movimento, em luta. Houve uma mudança no padrão de legitimidade das ações coletivas no Brasil”, considera o professor Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida (PUC-SP) a respeito dos protestos iniciados em junho de 2013. Tanto ele como Felipe Altenfelder, ativista do grupo Mídia NINJA, acreditam que o movimento foi essencialmente vitorioso. Mas Almeida adverte: “Os neoliberais estão na ofensiva. Estamos no interior de uma relação política muito pesada”

As manifestações desencadeadas em junho de 2013 — que começaram como rechaço ao aumento da tarifa do transporte público e se difundiram por todo o país, ao tempo em que ampliavam sua pauta política — expressaram, em grande medida, o extraordinário desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Foram policlassistas, caracterizadas por baixíssimo grau de institucionalidade, pela forte presença do Estado em seu horizonte ideológico e por amplo recurso às redes sociais para fins de mobilização. Transcorridos quatro meses desde os primeiros protestos, o cientista social Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida buscou evidenciar quais seriam os traços de continuidade e, sobretudo, as “novidades” observáveis no processo, na mesa redonda “Rebelião das ruas, movimentos e redes sociais”, de que também participou o ativista Felipe Altenfelder.

Almeida é professor associado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), onde coordena o Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS) e edita a revista *Lutas Sociais*. Nas análises sobre as movimentações de meados de 2013, assinala, so-

bressaem tentativas de recorrer a classificações do passado para compreender fenômenos novos, o que fica evidente nos termos associados aos eventos de junho. “É muito comum, por exemplo, a referência às ‘jornadas de junho’. Isso lembra as famosas jornadas de julho de 1830, na França, com a derrubada do absolutismo. Convenhamos que considerar o que aconteceu até agora algo parecido com as jornadas de julho na França é um pouco de exagero. Ficamos sem parâmetro e acabamos nos apegando àquilo que está mais à mão. Houve também jornadas de julho na Rússia, em 1917, que desembocaram na Revolução bolchevique. Estamos longe disso...” Também muito utilizada é a imagem da “primavera”, operando uma dupla alusão: à Primavera Árabe e à Primavera dos Povos. “A Primavera dos Povos foi a maior onda revolucionária da história. Começa na França, cai o rei Luís Filipe I (o ‘rei burguês’) e aquela onda se estende até a fronteira do império czarista. Aqui, nem o [Sérgio] Cabral caiu ainda”.

Processos ocorridos no Brasil no passado recente, como a campanha das Diretas Já e o Fora Collor, tam-

bém têm servido como termos de comparação. “A campanha pelas Diretas foi uma campanha burguesa: os grandes heróis eram Ulisses Guimarães e Tancredo Neves, não houve uma única greve geral e ela foi conduzida pelos partidos mais conservadores”, observou o professor. “O Fora Collor também foi um processo fundamentalmente conduzido pelo figurino institucional. Por meio dele, as classes dominantes brasileiras se livraram do [Fernando] Collor — era necessário se livrar daquela pessoa que se tornou incômoda, mas preservar as políticas neoliberais. Não são boas referências. Além de erradas do ponto de vista explicativo, do ponto de vista da perspectiva política, não fazem bem à grande maioria do povo brasileiro”. Desconstruindo essas referências, Almeida limpa o terreno, para enfatizar: “Esses movimentos, essas manifestações de junho tiveram algumas características, a meu ver, tremendamente originais, e que têm a ver com o que o Brasil de hoje tem de original”.

A disseminação no Brasil do emprego das chamadas redes sociais para a realização de manifestações populares é uma das novidades des-

Daniel Garcia



Felipe Altenfelder

tacadas por Almeida. “Foi a primeira vez que isso aconteceu aqui, de modo que muita gente talvez até exagere a importância desses novos dispositivos. Mas que eles são eficientes, são.” Para o professor, as redes sociais suprimiram a ausência de outros dispositivos de organização e desempenharam importante papel formativo, de modo análogo ao que, no passado, ocorreu com o cinema, o rádio e a televisão. “[Leon] Trotski apostava muito no cinema; ele foi um meio de informação e formação tremendamente revolucionário, de vanguarda, nas primeiras décadas do século 20”.

Aludindo à posição manifestada por Julian Assange, fundador do WikiLeaks, em recente debate virtual transmitido em São Paulo, Altenfelder também realça a relação entre redes sociais e mobilização política: “Se você pensar em Facebook e revolução, *esquece*. Não tem como pensar a revolução a partir de uma plataforma controlada pelo serviço de segurança

dos Estados Unidos. Porém, o Facebook é uma ferramenta de comunicação muito interessante, em um cenário onde há um oligopólio de mídia”. Altenfelder é um dos fundadores da Mídia NINJA (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação), coletivo formado em 2011, que se notabilizou por transmitir pela internet, em tempo real, os protestos iniciados em junho, utilizando celulares e *laptops*.

“Houve manifestações de massa para resolver problemas coletivos. Uma geração inteira estava desabituada a isso”. Contudo, não se trata de um processo que envolve apenas a esquerda. “Os neoliberais estão na ofensiva. É bom saber que as ruas são ocupadas pela direita também, pelo centro, por setores de alta classe média neoliberal”

Iniciativas diversas de produção e compartilhamento de conteúdo em uma perspectiva de *mídia-livrismo* e o desenvolvimento de redes ligadas ao campo da cultura constituem, para Altenfelder, os antecedentes do tipo de cobertura que o coletivo pôs em prática. “Com o tempo, começamos a colocar à disposição das agendas de outros movimentos sociais as ferramentas que tínhamos desenvolvido

no circuito da cultura, a tecnologia social que tinha sido acumulada, para usar a internet para dar visibilidade a essas narrativas”, conta. A constatação do que seria uma “crise de intermediário na comunicação” — expressa tanto em uma crise de modelo de negócio como em uma crise de credibilidade dos grandes veículos — teria levado alguns indivíduos e grupos a somarem esforços para firmar canais de comunicação alternativos, em que a informação não fosse tratada como mercadoria. Então, veio junho. E, com ele, um impactante aumento na audiência dos canais da Mídia NINJA, que passaram a transmitir as “narrativas de indignações comuns” que tomaram as ruas. “Nós somos uma mídia radical, entregue ao processo do *mídia-livrismo* — ele é a nossa principal causa. E isso é um flanco da luta anticapitalista”.

Nas reflexões sobre o papel das novas tecnologias, “há uma tendência, por um lado, a jogar ênfase nas ruas; por outro, a jogar ênfase nas redes sociais”, destaca Almeida. “O interessante, para mim, é o lado rua. Porque significa que houve manifestações de massa para resolver problemas coletivos no Brasil. Grandes contingentes foram à rua. Uma geração inteira, para dizer o mínimo, estava desabituada a isso”. Na sua análise, os setores tradicionais da esquerda tiveram papel muito reduzido no processo, embora tenham contribuído para criar condições favoráveis para a eclosão das manifestações de junho, protagonizadas por movimentos autônomos. As reivindicações apresentadas pelo movimento, por sua vez, seriam fundamentalmente dirigidas ao Estado, visando

políticas públicas melhores, inclusive de cunho social e redistributivo.

Contudo, alerta Almeida, não se trata de um processo de que participam apenas setores da esquerda. “Os neoliberais estão na ofensiva — é bom deixar claro isso. Nós estamos nas ruas, às vezes em maior número, às vezes em menor número, mas é bom saber que as ruas são ocupadas pela direita também, pelo centro, por setores de alta classe média neoliberal”, adverte. “Não estamos no vazio, nem só no interior de um mundo virtual. Estamos no interior de uma relação política muito pesada e em algum momento vai ser muito importante a gente avaliar o quadro real de correlação de forças no qual nós nos inserimos”. Na avaliação do professor, o governo Dilma Rousseff tende a se encaminhar para a direita — já conta, como se sabe, com o apoio de setores como a bancada ruralista. “Mas existe uma forte direita à direita do PT”. A capacidade de mobilização desse setor, porém, seria muito limitada, como demonstrou o fracassado movimento “Cansei”, lançado em 2007. “Agora, tentaram pegar carona nas manifestações de junho, fazer aquilo que sozinhos não tinham conseguido fazer”. Nesse processo, comenta Altenfelder, os meios de comunicação hegemônicos atuaram no sentido de alterar a pauta das manifestações e criminalizar alguns dos setores que estavam nas ruas, como os adeptos da tática conhecida como *black bloc*.

“Os meios de comunicação tentaram o tempo inteiro inverter o que eu acredito que seja a lógica da discussão sobre violência”, observa Altenfelder. “O discurso da mídia sobre os *black blocs* é raso, equivocado, in-

teresseiro. Se alguém atacou pessoas nesse processo, foi o Estado. Os *black blocs* atacaram estruturas físicas, símbolos do capital, prédios, instituições. Não acho que apedrejar uma agência do Itaú seja violento; violento é o Itaú lucrar R\$ 7 bilhões por ano com a taxa de juros que ele cobra. O ataque frontal e direto aos símbolos do sistema é importante”. Sobre este ponto, Almeida assinala que a forma como movimentos e militantes são caracterizados no discurso hegemônico (por exemplo, referidos como “vândalos”) atrela-se necessariamente à correlação de forças do momento. “Não dá para discutir violência sem ideologia”. Além disso, lembra o professor, “a política tem um componente de violência — isso até o velho [Max] Weber já ensinava”.

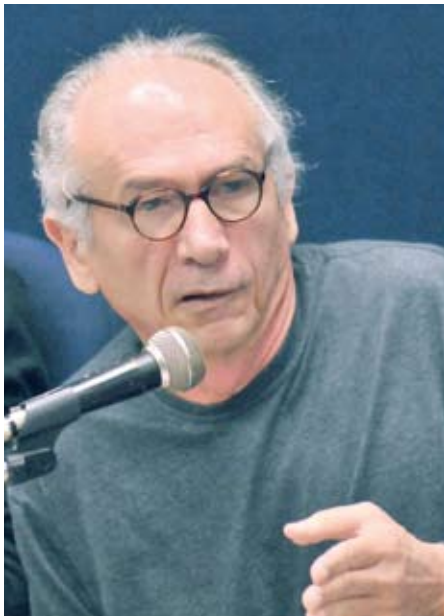
Algumas características das ações do *black bloc*, como a falta de liderança, teriam gerado perplexidade, mesmo no campo da esquerda, nota Altenfelder. Contudo, em face da opção do Estado pela truculência policial como instrumento de controle (o que demonstraria “o seu total despreparo para lidar com a sofisticação da democracia”), a tática acabou assimilada como uma ferramenta de defesa eficiente e legítima. “O povo, quando se organiza e vai à luta, é sujeito a ações violentas”, diz Almeida. “Os dominados têm todo o direito de se organizarem em sua autodefesa. É muito difícil as pessoas irem às lutas sem dispositivos de autodefesa, a não ser que elas estejam dispostas a serem sacrificadas. Em geral, quem vai a essas lutas de massa não têm vocação para martírio: as pessoas vão motivadas para uma luta que elas esperam vencer. Na Coreia do Sul, quando havia uma ditadura violenta — que é uma das mães do

chamado milagre coreano — estudantes enfrentavam a repressão usando taco de beisebol e capacete. Isso é parte da história das lutas democráticas e populares. Valeria a pena, em uma conjuntura dessas, estudar as táticas de uso da violência como autodefesa democrática dos dominados”.

“Você tem expansão do emprego, expansão capitalista, fortalecimento da burguesia interna, acesso de milhões de pessoas ao mercado de massas e uma polícia especializada no permanente estado de exceção, no sentido de Walter Benjamin: para os dominados, o estado de exceção é permanente. Isso é ilustrado todos os dias”

A violência contra grupos subordinados praticada pelo Estado (ou com sua conivência) estaria, na opinião de Almeida, entre as causas profundas das manifestações de junho. “Você tem expansão do emprego, expansão capitalista, fortalecimento da burguesia interna, acesso de milhões de pessoas ao mercado de massas e uma polícia especializada no permanente estado de exceção, no sentido de Walter Benjamin: para os dominados, o estado de exceção é permanente. Isso é ilustrado todos os dias. Nunca se matou tanto índio na história recente

Daniel Garcia

**Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida**

do Brasil como no atual governo (dados do Conselho Indigenista Missionário). Quem matou Ricardo? Quem matou Amarildo? No Rio de Janeiro, a vitrine do controle da população pobre no Brasil, você tem a presença direta do Estado nacional, com as UPPs [Unidades de Polícia Pacificadora]. Desde o período colonial, ‘pacificação’, no Brasil, tem um som um tanto macabro: cheira a solução final, matar pobre. A própria existência da Polícia Militar pode ser considerada uma excrecência, mesmo no Estado brasileiro, que é um Estado a serviço das dominações de classe mais predatórias do planeta. Esses ingredientes acabaram condensando e levando a essas manifestações”, observou.

Ao reajustar a tarifa dos ônibus municipais, diz Almeida, o prefeito Fernando Haddad teria dado a “cota de contribuição” do PT para a eclosão das manifestações de junho em São Paulo, que serviram de espoleta para o resto do país. “O Haddad foi eleito capturando — graças, em

grande parte, à ajuda do ex-presidente Lula — o voto de contingentes do subproletariado, que, segundo André Singer, votavam na direita. E ele deu um tapa na cara desse subproletariado. Aquele papo de que não são 20 centavos tem que ser relativizado. Dois para lá, dois para cá, dá 200 reais por mês; isso come boa parte da renda desses contingentes de subproletários e proletários, em uma cidade onde muitos jovens dormem na rua empregados, porque não dá para voltar para casa, pois é caro, é longe, não dá tempo”.

Dissentindo da tese de que o Brasil atravessaria um processo de regressão colonial, Almeida enfatiza o avanço do capitalismo no Brasil no primeiro decênio do século 21, com a criação líquida de 21 milhões de empregos formais, quase em sua totalidade com remuneração de até 1,5 salário mínimo. “Para quem falava em fim do proletariado e fim das lutas de classes, isso aconteceu diante dos nossos olhos”. Ao mesmo tempo, “os governos petistas, no que fizeram de política, inclusive política social, contribuíram para desmobilizar as lutas que já existiam, de maneira mais ou menos organizada”. “Criou-se um vazio de mobilização no Brasil que fez com que Fórum Social Mundial e outras manifestações do tipo parecessem coisas de uma outra época, que jamais voltariam. Voltaram, mas em novos termos, e com um governo petista: isso é algo original”.

Almeida e Altenfelder defendem a tese de que a mobilização desencadeada em junho foi, em essência, vitoriosa. Os manifestantes, quando dos primeiros atos contra o aumento da tarifa (em maio e nas

duas primeiras semanas de junho), foram taxados pela grande mídia de “vândalos”, lembra Almeida. Em poucos dias, passaram a ser qualificados como “pessoas que ajudaram a melhorar o Brasil”. Nesse processo, o Movimento Passe Livre ganhou legitimidade, e questões como mobilidade urbana e representação política entraram em pauta. “Um grande ganho que eu senti, como militante, como cidadão que estava no processo todo”, diz Altenfelder, “foi a valorização da rua como um espaço político legítimo”. Para ele, setores sociais diversos vêm compreendendo que, mobilizados, podem colocar suas demandas em pauta. “Estamos vivendo isso em tempo real. Agora, cabe a cada campo manter sua organização e continuar pressionando”.

“Estes movimentos, no que eles têm de composição popular, fizeram com que muita gente que não tinha experiência política alguma enfrentasse a polícia, descobrisse maneiras criativas de furar bloqueio. É um aprendizado muito bonito, muito útil. Essas experiências, ninguém esquece”, Almeida enfatiza. “Contingentes do Brasil inteiro, inclusive de pequenas cidades, da Amazônia ao Rio Grande do Sul, se colocaram em movimento, em luta. Isso deve ser estudado atentamente e deve ser valorizado. Houve uma mudança no padrão de legitimidade das ações coletivas no Brasil. As ruas se encheram — desculpem o palavirão — de classes sociais. Você tem luta de classes nas ruas de São Paulo e nas ruas do Brasil. Para quem acha que acabaram as ideologias, eu nunca vi tanta ideologia na minha vida”.